

REVOGADO

[Revogado pela Resolução n. 12 de 7 de junho de 2005](#)

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2004

Fixa o valor a ser recolhido para o pagamento do porte de remessa e retorno de autos.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e com base no decidido na Sessão Plenária de 05.05.99, diante do disposto no art. 511 do CPC, com a redação dada pelo Art. 1º da Lei nº 9.756/98, e na letra B do Art. 41 da Lei nº 8.038/90, acrescentada pelo Art. 3º da Lei nº 9.756/98, resolve:

Art. 1º - A tabela de pagamento do porte de remessa e retorno dos autos tem os seguintes valores, considerando a distância a ser percorrida e o peso dos autos:

Nº de FOLHAS (kg)	DF R\$	GO, MG R\$	MT, MS, RJ, SP, TO R\$	BA, ES, PR, PI, SC, SE R\$	AL, MA, PA, RS R\$	AP, AM, CE, PB, PE, RN, RO R\$
Até 180 (1 kg)	20,00	25,20	35,40	43,80	48,00	52,80
181 a 360 (2 kg)	20,00	31,60	43,80	56,40	62,80	69,60
361 a 540 (3 kg)	22,20	38,00	52,20	69,00	77,60	86,40
541 a 720 (4 kg)	23,50	41,20	56,40	75,30	85,00	94,80
721 a 900 (5 kg)	26,10	47,60	64,80	87,90	99,80	111,60
901 a 1080 (6 kg)	27,40	50,80	69,00	94,20	107,20	120,00
1081 a 1260 (7 kg)	30,00	57,20	77,40	106,80	122,00	136,80
Acima de 1260 fls. por lote adicional de 180 folhas	2,60	6,40	8,40	12,60	14,80	16,80

Art. 2º - Os valores constantes desta Tabela devem ser recolhidos na rede bancária arrecadadora, mediante preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), adotando-se como código de receita a classificação "8021 - Porte de remessa e retorno dos autos" e anotando-se o número do processo a que se refere, juntando-se comprovante nos autos.

Art. 3º - O porte de remessa e retorno dos autos será recolhido pela metade do valor correspondente da tabela quando: a) se tratar de recursos interpostos junto aos tribunais sediados em Brasília, sem utilização dos serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), caracterizando apenas o "porte de retorno"; b) se tratar de recursos interpostos junto ao Superior Tribunal de Justiça, que utiliza os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), caracterizando apenas o "porte de remessa".

Art. 4º - O porte de remessa e retorno dos autos não será exigido quando se tratar de interposição de Agravo de Instrumento.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor 15 dias após sua publicação.

Art. 6º - Fica revogada a [Resolução nº 08, de 1º de outubro de 2003](#).

MINISTRO EDSON VIDIGAL
Presidente